RESENHA BIBLIOGRÁFICA

A DESORDEM DO TRABALHO

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira*

A dramática dimensão do desemprego e a deterioração do mercado de trabalho nos países centrais têm atraído a atenção de acadêmicos, pesquisadores, sindicalistas e governantes. No Brasil, entretanto, a questão tem sido tratada marginalmente, e a preocupação oficial resume-se, por um lado, em desindexar os salários e, por outro, em reduzir os encargos sociais sobre a folha de pagamento.

Empresários, autoridades e certos pesquisadores insistem na questão de que os salários são baixos no Brasil, mas o custo do trabalho é alto, devido aos encargos sociais que tornariam rígidos os custos para as empresas. A afirmação, entretanto, não tem amparo nos fatos, já que o custo horário do trabalho (que compreende salários e o total dos encargos, inclusive férias, descanso remunerado, etc.) no país é um dos mais baixos do mundo. Basta observar as altíssimas taxas de rotatividade e a rapidez dos ajustes no emprego perante as variações nos níveis de atividade para concluir que os contratos de trabalho não são rígidos. É no mínimo surpreendente tomar o acessório (os encargos) como indicador de rigidez nos custos.

Ao que tudo indica, as autoridades brasileiras parecem supor que a chamada *flexibilidade do mercado de trabalho* é o caminho para o país ganhar competitividade e para atingir o pleno emprego. As iniciativas do governo têm delimitado o campo do debate nacional, o que amesquinha e estreita a problemática do emprego e das condições de trabalho no país.

* *Da UNICAMP.*

Assim, é extremamente oportuna a publicação de “A Desordem do Trabalho”, de Jorge Mattoso. Partindo de uma perspectiva histórica e assumindo posições com conteúdos éticos, a obra de Mattoso vem ampliar os horizontes do debate sobre a questão do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Para o autor, o regime capitalista tende a produzir exclusão e desigualdades sociais e a polarizar a sociedade entre ricos e miseráveis. Na obra, é aceita implicitamente a avaliação de Marx, para quem os capitalistas, buscando lucros e premidos pela concorrência, constantemente incorporam inovações tecnológicas que dispensam a mão-de-obra. E nenhum mecanismo de mercado garantiria o automático reemprego daqueles eliminados pela crescente automação da produção.

Com esta postura, como entender então os “anos dourados” nos países centrais, quando a economia operava com pleno emprego e salários reais crescentes, as desigualdades sociais se reduziram e os padrões de vida das massas elevaram-se sistematicamente? Para enfrentar a questão, Jorge Mattoso reconstitui a trajetória dos países avançados no pós-guerra, demonstrando como as favoráveis condições para os trabalhadores resultavam da onipresente intervenção estatal, da decisiva ação dos sindicatos e de mecanismos que se sobrepunham ao livre funcionamento dos mercados.

As reformas que vinham sendo implementadas como reação aos efeitos da crise de 1929 ganham força no pós-guerra, viabilizando a crescente intervenção estatal na economia e na sociedade. As políticas econômicas garantiam certa estabilidade do crescimento da economia, e a tributação e os gastos sociais da esfera pública funcionavam como poderoso mecanismo que alterava a distribuição primária de renda. A legislação favorável, a ação sindical e o crescimento econômico relativamente estável, com seus ganhos de produtividade, garantiam salários reais crescentes e certa estabilidade dos empregos.

Em sua obra, Mattoso mostra como a crescente regulação estatal da economia e da sociedade foi resultado de lutas políticas e sociais, em um contexto que não excluía agudos conflitos, como aqueles dos anos 30 nos Estados Unidos ou aqueles de maio de

1968 na França. Na verdade, o autor entende, seguindo Polanyi,[1] que o livre funcionamento do mercado no capitalismo pode levar a rupturas no tecido social, fato contra o qual a sociedade reage buscando a proteção do Estado.

Entretanto, os "anos dourados" logo se esgotaram, e à crise dos anos 70 segue-se a rápida reestruturação do capitalismo, em um processo conhecido como III Revolução Industrial. As políticas econômicas mostram-se agora incapazes de assegurar o pleno emprego e a concorrência internacional torna-se aguda. Diante das tendências globalizantes, os mecanismos tradicionais de regulação tornam-se inoperantes e a concorrência ganha novos graus de liberdade. Neste processo, as velhas tendências do capitalismo voltam a operar.

Nas palavras de Mattoso: "paralelamente à emergência de um novo padrão industrial, em meio à desestruturação da ordem econômica internacional e à ruptura do compromisso keynesiano, verificou-se novamente um processo no qual o novo padrão entra em choque com as próprias bases materiais que deram sustento à relação salarial e às demais formas constitutivas do mundo do trabalho anteriores, sem que nova articulação tenha sido criada.

Este processo assumiria a forma de uma crescente ampliação da *insegurança do trabalho* que, por sua vez, apontaria para uma maior desestruturação do mundo do trabalho constituído no pós-guerra. Esta expansão da insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho."

O último capítulo da obra é dedicado ao Brasil, onde os efeitos dos processos da III Revolução Industrial sobre o emprego são ainda pouco perceptíveis, dado o caráter incipiente da reestruturação produtiva. Entretanto, as perspectivas não nos são favoráveis, já que, ao contrário dos países centrais, temos como herança do passado grande massa de excluídos e marginalizados. Assim, em um mercado de trabalho marcado

---

[1] POLANYI, K. *A grande transformação. Tradução portuguesa.* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

pela heterogeneidade e pela informalidade, é evidente que os impactos da difusão das novas tecnologias, na ausência de mecanismos protetores, tenderiam a agravar o quadro de miséria e exclusão social no país.

Com atitude militante, Jorge Mattoso analisa as possibilidades de alianças políticas entre forças sociais capazes de enfrentar não somente a pesada herança do passado, mas também os desafios do presente, para que no futuro tenhamos uma sociedade mais justa, na qual a solidariedade venha a substituir o utilitarismo individualista de hoje.